

Pelissari Informática S.A

CNPJ/ME nº 03.158.860/0001-46

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)

Ficam os Srs. Acionistas **CONVOCADOS** para participarem em AGOE que se realizará no dia 07 de Maio de 2026, às 14h, o qual será exclusivamente por meio digital, por link do teams, a ser encaminhado, via e-mail, antes da AGOE, com a seguinte **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: (i) Parecer do Conselho Fiscal referente as Demonstrações Financeiras no Exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) A tomada de Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Destinação do Lucro Líquido do Exercício e a Distribuição de Dividendos; (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Curitiba/PR, 27 de abril de 2026. **José Calazans da Rocha** - Diretor Presidente.

SWEDISH MATCH DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 33.016.338/0002-71 - NIRE 41300350086

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2026

Por meio do presente edital de convocação, os acionistas da **Swedish Match do Brasil S.A.**, com sede na Rua Conselheiro Laurindo, nº 1425, Rebouças, CEP 80.230-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada perante a Junta Comercial sob o NIRE nº 41300350086 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.016.338/0002-71 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 4 de Maio de 2026, às 10h, na sede da Companhia, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) A consignação das renúncias apresentadas pelos atuais Diretores da Companhia. (ii) A eleição dos novos Diretores da Companhia. (iii) A alteração da denominação social da Companhia, passando da sua atual denominação para Fiat Lux do Brasil S.A., com consequente alteração do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações aprovadas. (iv) A consolidação do Estatuto Social da Companhia. Curitiba/PR, 24 de abril de 2026. **Allan Pahl Carpes** - Diretor Presidente.

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa equipe

41 3333-9800

publegal@induscom.com.brpl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 28/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2026 08:32:34

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 80c910687a8878d5021f64832c7df815ebd400d36f50bb825701e2fcb197666f



Assinatura

Assinado em: 28/04/2026 08:32:42

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: e64ed7b3e4ea57af578d143b31f78240



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.36.126	-25.442438353045 , -49.255844809824	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





Federação Paranaense de Futebol



Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

Prezados Filiaos, em cumprimento às disposições estatutárias e em atendimento à Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte) e à Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), estamos submetendo à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol.

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025		2024	
Circulante					
Caixa e Equivalentes	4	18.975.067	18.079.742		
Contas a Receber - Filiaos	5	936.543	942.965		
Contas a Receber - Patrocinios	5	668.050	893.217		
Estoques	6	130.871	134.251		
Adiantamentos		21.500	3.325		
Despesas Antecipadas		4.660	3.938		
		20.736.691	20.056.438		
Não circulante					
Investimentos	4	36.245	20.223		
Imobilizado	7	4.739.111	4.926.321		
Intangível	7	12.840	15.118		
		4.788.196	4.961.662		
Total do Ativo		25.524.887	25.018.100		
Passivo e Patrimônio Social Líquido					
Circulante					
Fornecedores	8	202.798	224.167		
Contas a Pagar - Filiaos	5	17.933	7.835		
Obrigações com Patrocinadores	5	660.549	885.717		
Obrigações Sociais e Previdenciárias	9	476.758	363.382		
Obrigações Tributárias	10	152.857	155.264		
Outros Valores a Pagar	11	354.327	134.363		
		1.865.222	1.770.728		
Não circulante					
Provisões para Contingências	12	6.071.707	6.101.738		
		6.071.707	6.101.738		
Patrimônio social					
Patrimônio Social	13	20.500.137	20.500.137		
Déficit Acumulado	13	(3.354.502)	(7.197.837)		
Déficit/ Superávit do Exercício	13	442.323	3.843.334		
		17.587.958	17.145.634		
Total do Passivo e Patrimônio Social		25.524.887	25.018.100		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Superávit/Déficit dos Exercícios Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota explicativa	2025		2024	
Receitas Operacionais Líquidas	14	12.304.684	16.825.405		
Despesas com Pessoal	15	(3.172.832)	(2.568.254)		
Despesas Gerais e Administrativas	16	(1.773.385)	(1.682.831)		
Despesas com Jogos e Arbitragem	17	(2.681.258)	(2.310.721)		
Contribuições e Subvenções	18	(4.923.587)	(7.697.622)		
Despesas com Processos Judiciais	19	(37.513)	(94.629)		
Depreciação e Amortização	7	(241.251)	(248.753)		
Despesas Tributárias	20	(1.091.507)	(793.880)		
Outros Resultados Operacionais	21	100.188	1.422.939		
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		(1.516.461)	2.851.654		
Receitas financeiras	22	2.144.073	1.083.869		
Despesas financeiras	22	(185.290)	(92.188)		
Déficit/Superávit do exercício		442.323	3.843.335		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio social Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit / Déficit Acumulado	Total Patrimônio Social
Saldos em 1° de Janeiro de 2023	10.365.900	1.232.117	11.598.017
Absorção do Superávit	1.232.117	(1.232.117)	-
Déficit do Exercício	-	1.704.283	1.704.283
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.598.017	1.704.283	13.302.300
Absorção do Superávit	1.704.283	(1.704.283)	-
Superávit do Exercício	-	3.843.335	3.843.335
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.302.300	3.843.335	17.145.635
Absorção do Superávit	3.843.335	(3.843.335)	-
Superávit do Exercício	-	442.323	442.323
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.145.635	442.323	17.587.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio social Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit / Déficit Acumulado	Total Patrimônio Social
Saldos em 1° de Janeiro de 2023	10.365.900	1.232.117	11.598.017
Absorção do Superávit	1.232.117	(1.232.117)	-
Déficit do Exercício	-	1.704.283	1.704.283
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.598.017	1.704.283	13.302.300
Absorção do Superávit	1.704.283	(1.704.283)	-
Superávit do Exercício	-	3.843.335	3.843.335
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.302.300	3.843.335	17.145.635
Absorção do Superávit	3.843.335	(3.843.335)	-
Superávit do Exercício	-	442.323	442.323
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.145.635	442.323	17.587.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Déficit/ Superávit do Exercício	442.323	3.843.335
Outros resultados abrangentes (Ajuste de Exercícios Anteriores)	-	-
Resultado abrangente do exercício	442.323	3.843.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da Federação Paranaense de Futebol (FPF) CNPJ 76.681.550/0001-85 Curitiba-Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Federação Paranaense de Futebol ("FPF"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Federação Paranaense de Futebol, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), pelas Normas Contábeis NBC ITG 2002 (Entidades sem Fins Lucrativos), NBC ITG 2003 (R3) Entidades Desportivas e NBC TG 1001 de 18/11/2021 que dispõe sobre a contabilidade para pequenas empresas.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Organização, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Organização é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil combinadas com a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), Normas Contábeis NBC ITG 2002 (Entidades sem Fins Lucrativos), NBC ITG 2003 (R3) (Entidades Desportivas), normas para pequenas empresas aplicadas a Organização a NBC TG 1001 (Pequenas Empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Organização continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Organização ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Organização, definido como a Administração, Conselho Diretor e Conselho de Administração, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Organização.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Organização. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da organização ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba - Paraná, 26 de março de 2026.
LUIZ GONÇALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR
CRC Nº PR-048654/O-0
GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E
CONSULTORIA EMPRESARIAL SS
CRC Nº PR-007570/O-7

Parecer do Conselho Fiscal - Exercício Findo em 31/12/2025 - Federação Paranaense de Futebol

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Federação Paranaense de Futebol, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias determinadas no art. 3º do Estatuto Social da FPF, procedemos à análise do Relatório da Administração e ao exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as notas explicativas da Administração. Nossos exames foram efetuados dentro da extensão e profundidade que entendemos

necessárias a fim de obter evidências para a formação de uma opinião sobre os referidos documentos e levaram em conta, também, as verificações que efetuamos durante o exercício social.

Com base em nossos exames e também considerando os esclarecimentos dados pela administração e na opinião dos auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva, conforme relatório e parecer da auditoria emitido em 26 de março de 2026, o Conselho Fiscal recomenda à assembleia geral a aprovação da prestação de contas do exercício encerrado em 31/12/2025.

Curitiba - Paraná, 30 de março de 2026.

Rafael Chouciño de Soto – Presidente do Conselho Fiscal
Fernando Guazzelli de Jesus – Vice-Presidente do Conselho Fiscal
Lúcio Regis Raysel Biscaia – Secretário do Conselho Fiscal
Fabiano Guerra – Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal
Yonder Kou – Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal

Faça suas publicações legais no DI&C.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2026 08:33:35

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 53b2a784179bf342cb363f69aaff6357e8005a51aacf8f926394c6419061b3ba



Assinatura

Assinado em: 28/04/2026 08:34:08

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 54c186deeb29b363cd049a5a6b82fca7



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.36.126	-25.442438353045 , -49.255844809824	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



AGROPESP- AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S/A

CNPJ:04.965.968/0001-03 - União da Vitória, 31 de dezembro de 2024

Relatório da Diretoria

O ano de 2025 manteve um cenário desafiador para o agronegócio brasileiro, especialmente para os produtores de soja. Apesar de alguns momentos de recuperação pontual, os preços internacionais da commodity continuaram pressionados pela elevada oferta global, em especial pelo avanço da produção na América do Sul e pelos bons estoques mundiais. Na Bolsa de Chicago, as cotações permaneceram em patamares pouco atrativos, comprimindo as margens de rentabilidade do produtor.

Além disso, os custos de produção seguiram elevados. Em Mato Grosso, principal estado produtor do país, levantamentos econômicos indicaram aumento nos gastos por hectare para a safra 2025/26, com destaque para defensivos agrícolas, fertilizantes, operações mecanizadas e despesas financeiras. Em diversos momentos do ano, os defensivos lideraram as altas mensais de custo, reforçando a pressão sobre o caixa das propriedades rurais.

Outro fator que continuou preocupando o setor foi o custo do crédito rural. As taxas de juros ainda elevadas restringiram o acesso ao financiamento e aumentaram o custo do capital de giro, dificultando o custeio da lavoura. O volume necessário para financiar a safra de soja demonstrou o tamanho da dependência do setor em relação ao crédito oficial, bancos privados e tradings. No campo regulatório, seguiram as fiscalizações ambientais remotas promovidas por órgãos estaduais e federais, com uso crescente de imagens de satélite e cruzamento de dados geoespaciais. Muitos produtores rurais relatam insegurança jurídica diante de notificações automáticas e autuações baseadas exclusivamente em análises remotas, especialmente em casos envolvendo APPs, Reserva Legal e uso consolidado do solo. Quando resultam em embargos, tais medidas impactam diretamente o acesso a crédito, comercialização e regularidade operacional das propriedades.

Para 2026, o cenário ainda exige cautela. A expectativa de nova safra robusta no Brasil, somada à concorrência internacional e à volatilidade cambial, tende a manter os preços sob pressão. Assim, eficiência produtiva, gestão rigorosa de custos, planejamento financeiro e segurança jurídica permaneceram fatores decisivos para a sustentabilidade econômica do produtor rural.

Desajustes expressamos nossos agradecimentos a todos os colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento.

Nelson Thomasi
Diretor Presidente

Balança Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	6.929.752	6.934.491
Contas a Receber	7	11.710.189	11.747.667
Impostos a Recuperar	8	-	50.881
Estoques	9	308.374	108.807
Despesas Antecipadas		3.993	4.819
Valores em garantia	10	80.716	80.716
Outras Contas a Receber	11	-	7.088
Total do Ativo Circulante		19.033.024	18.934.469
Ativo não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Partes Relacionadas	12	18.019.737	15.273.843
Total do Realizável a Longo Prazo		18.019.737	15.273.843
Investimentos		300	300
Imobilizado	13	6.820.454	6.895.147
Total do Ativo Não Circulante		24.840.491	22.169.290
Total do Ativo		43.873.515	41.103.759
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Fornecedores	14	143.799	269.499
Obrigações Sociais	15	65.632	71.619
Obrigações Tributárias	16	364.226	302.496
Outras Obrigações	17	156.949	1.233.385
Total do Passivo Circulante		730.606	1.876.999
Passivo não Circulante			
Provisão de Contingências	18	27.833.775	24.358.124
Empresas Coligadas	19	-	14.776
Total do Passivo Não Circulante		27.833.775	24.372.900
Patrimônio Líquido			
Capital Social	20	6.309.000	6.309.000
Reserva de Reavaliação		2.558.867	2.559.979
Reservas de Lucros		6.441.267	5.984.881
Total do Patrimônio Líquido		15.309.134	14.853.860
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		43.873.515	41.103.759

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado do Exercício	Nota	2025	2024
Receita Com Vendas	21	8.017.890	6.310.314
Custos das mercadorias vendidas		(179.939)	(414.381)
Lucro Operacional Bruto		7.837.951	5.895.933
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas Administrativas		(1.508.024)	(1.713.100)
Despesas Tributárias		(267.771)	(17.857)
Outras Receitas/(Despesas)	22	(3.725.400)	(2.590.821)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais		(5.501.195)	(3.781.778)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		2.336.756	2.114.155
Receitas Financeiras	23	3.500.256	4.039.051
Despesas Financeiras	23	(4.798.570)	(1.187.175)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		1.038.442	4.966.031
Imposto de Renda		(302.644)	(124.160)
Contribuição Social		(138.718)	(93.995)
Resultado do Exercício		597.080	4.747.876

Atribuído a:

Valor por lote de 1000 ações 0,04 0,31

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Informações Gerais

A companhia tem como atividade preponderante, a extratividade agrícola, pecuária, a industrialização e comércio de tais produtos, as pesquisas, colonização, o comércio interno, arrendamento de terras, bem como o plantio e cultivo de sementes e mudas.

O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração e Conselho Fiscal em 16 de março de 2026.

Nota 2 - Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1. Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3. Transações em Moedas Estrangeiras

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.5. Instrumentos Financeiros

O ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos e juros calculados utilizando o método da taxa de juros efetiva, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado do Exercício	2025	2024
Resultado do Exercício	597.080	4.747.876
Outros resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	597.080	4.747.876
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro - Método Indireto		
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Resultado do Exercício	597.080	4.747.876
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	364.360	244.700
Baixas líquidas de Imobilizado	-	170.006
Provisão para Contingências	3.475.651	2.371.964
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais	37.478	(4.909.487)
Contas a Receber	50.881	163.567
Impostos a Recuperar	(199.567)	(108.807)
Estoques	125.700	235.305
Despesas Antecipadas	(5.987)	(31.984)
Obrigações Tributárias	61.730	(135.942)
Outras Obrigações	(1.076.436)	554.362
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	3.187.404	3.379.011
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição do Ativo Imobilizado	(289.667)	(1.323.132)
Distribuição de Dividendos	(141.806)	(1.127.621)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(431.473)	(2.450.753)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Varição com Partes Relacionadas	(2.760.670)	12.378
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(2.760.670)	12.378
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.739)	940.636

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício

6.934.491 5.993.855

Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício

6.929.752 6.934.491

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e reavaliações de ativos. Os bens são depreciados pelo método linear, a taxas consideradas normais, estabelecidas em função da vida útil e econômica dos bens.

3.6.1. Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos

Caso exista evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo.

3.7. Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

3.8. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para contingências é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

3.10. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas no Brasil, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.11. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.12. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas e agrupadas por características ou circunstâncias similares de natureza, valores, época e incertezas, levando em consideração a transferência do bem ou dos serviços prometidos, demonstrando o valor efetivamente acordado com o cliente.

Mensuração

A mensuração do preço da transação registra os valores dos bens ou serviços transferidos conforme contrato existente com o cliente utilizando os efeitos de:

- Contraprestação variável;
- Restrição de estimativas de contraprestação variável;
- Existência de componente de financiamento significativo no contrato;
- Contraprestação não monetária; e
- Contraprestação a pagar ao cliente.

Vendas com preço a fixar - Soja

As operações de vendas com preços a fixar estão registradas nas receitas pelo valor das notas fiscais de venda, sem ajuste a valor de mercado, sendo o custo dos produtos vendidos provisionados pelo mesmo valor da venda. A partir de 2022 foi criada estimativa dos contratos a fixar, de atualização com base no preço da soja.

A atualização acumulada dos contratos de soja, a qual é revertida para contas a receber na realização da venda dos contratos por ocasião de emissão das notas fiscais complementares.

3.13. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes a provisões de natureza cíveis e fiscais. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros		Patrimônio Líquido Total
				Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	
Em 31 de dezembro de 2023	6.309.000	-	2.561.091	154.979	2.208.535	11.233.605
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.747.876
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.112)	-	-	1.112
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	237.394	-	(237.394)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.127.621)
Destinação para Reservas	-	-	-	-	3.383.973	(3.383.973)
Em 31 de dezembro de 2024	6.309.000	-	2.559.979	392.373	5.592.508	14.853.860
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	597.080
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.112)	-	-	1.112
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	29.854	-	(29.854)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(141.806)
Destinação para Reservas	-	-	-	-	426.532	(426.532)
Em 31 de dezembro de 2025	6.309.000	-	2.558.867	422.227	6.019.040	15.309.134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 4 - Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

4.1. Risco de Crédito

Contas a receber de clientes e outros recebíveis
A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento. São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita suas exposições a riscos de crédito ao aplicar em renda fixa apenas em bancos de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que os investimentos são apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. Os saldos em aplicações financeiras são com instituições com baixo risco de crédito.

4.2. Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	2025	2024</
--	------	--------

AGROPESP- AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S/A													
Valor Corrigido*	2025 2024												
Multa (20%)	20.114.799 17.596.212												
Honorários (15%)	4.022.960 3.519.242												
Total	27.758.423 24.282.773												
*Valor atualizado pela SELIC acumulada mensal (% a.m.) - calculado pro rata die. O total acumulado até 31 de dezembro de 2025 é 217,01811%.													
b) Processo nº 0017413-52.2005.4.01.3600													
Trata-se de Execução da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos trimestres de jan/1998 à out/2001. O valor estimado da causa é de R\$ 390 mil.													
c) Processo nº 0028313-55.2009.4.01.3600													
Trata-se de Execução das Taxas de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos trimestres de jan/2002 à out/2004. O valor estimado da causa é de R\$ 170 mil. Adicionalmente, existem bloqueios judiciais vinculados a este processo. Estes valores foram descritos na nota explicativa nº 10.													
d) Processo nº 92885/2014													
Trata-se de processo administrativo para apuração de suposta infração ambiental de "Fazer uso de fogo em 246,6380 hectares de área agropastoril, sem autorização do órgão ambiental competente e em período proibitivo de queimadas". O valor atualizado da multa é de R\$ 432 mil.													
Nota 19 - Empresas Coligadas													
	2025 2024												
Madeira Thomas S.A.	- 14.776												
Total de Empresas Coligadas	- 14.776												
Nota 20 - Patrimônio Líquido													
20.1. Capital Social													
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 6.309.000,00 (seis milhões, trezentos e nove mil reais), o qual é dividido em 15.220.940													
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais													
Somos independentes em relação à Agropesp - Agropecuária São Paulo S.A. , de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva .													
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras													
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.													
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.													
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras													
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.													
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:													
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a 													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Nota 22 - Outras Receitas e Despesas</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025 2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contingências Cíveis</td> <td>(3.475.650) (2.371.964)</td> </tr> <tr> <td>Créditos Irrecuperáveis</td> <td>- (214.699)</td> </tr> <tr> <td>Outras Receitas e Despesas</td> <td>(249.750) (4.158)</td> </tr> <tr> <td>Total de Outras Receitas e Despesas</td> <td>(3.725.400) (2.590.821)</td> </tr> </tbody> </table>		Nota 22 - Outras Receitas e Despesas			2025 2024	Contingências Cíveis	(3.475.650) (2.371.964)	Créditos Irrecuperáveis	- (214.699)	Outras Receitas e Despesas	(249.750) (4.158)	Total de Outras Receitas e Despesas	(3.725.400) (2.590.821)
Nota 22 - Outras Receitas e Despesas													
	2025 2024												
Contingências Cíveis	(3.475.650) (2.371.964)												
Créditos Irrecuperáveis	- (214.699)												
Outras Receitas e Despesas	(249.750) (4.158)												
Total de Outras Receitas e Despesas	(3.725.400) (2.590.821)												
As despesas com contingências cíveis são vinculadas aos processos judiciais classificados como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia que estão demonstrados na nota explicativa nº 18.													
Nota 23 - Resultado Financeiro Líquido													
	2025 2024												
Receitas Financeiras													
Rendimentos de Aplicações Financeiras	874.944 677.403												
Descontos Obtidos	1.509 583												
Variação Monetária Ativa	2.623.803 3.361.065												
Total das Receitas Financeiras	3.500.256 4.039.051												
Despesas Financeiras													
Multa e Juros	(3.802) (59.387)												
Despesas bancárias	(451) (349)												
IRRF s/ Aplicação Financeira	- (42.930)												
IOF	(3.787) (1.023)												
Variação Monetária Passiva	(4.790.530) (1.083.486)												
Total das (Despesas) Financeiras	(4.798.570) (1.187.175)												
Resultado Financeiro Líquido	(1.298.314) 2.851.876												
As variações monetárias ativas e passivas reconhecidas no resultado da Agropesp são calculadas sobre os contratos de soja firmados entre a Companhia e os seus clientes, atualizado mensalmente através da Trading Amaggi com a cotação do último dia de cada mês.													
razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.													
<ul style="list-style-type: none"> Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. 													
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.													
Joinville (SC), 08 de abril de 2026.													
Juliano César de Souza													
Contador CRC (SC) nº 042.071/O-3 CNAI 5.779													
Sappia Auditores e Consultores													
CRC (SC) nº 8.745/O-1 CVM nº 12.106													
													

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 28/04/2026 08:35:10

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 50b51b0d158301d0b465d7c3dcab255959db5bc7d4eaa3f50c68f9a96e1f99ef



Assinatura

Assinado em: 28/04/2026 08:35:17

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 88cc0e5a8a3bc29da47e69daf02aa05d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.36.126	-25.442439315997,-49.255799077782	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A.

CNPJ N. 75.713.081/0001-76 - União da Vitória, 31 de dezembro de 2024.

Relatório da Diretoria

Alinhado do ano de 2024, a empresa Agro Florestal São Caetano S/A manteve a operação florestal alongada com a demanda e os valores praticados pelo mercado, respeitando o pilar principal da gestão florestal, visando garantir a sustentabilidade do ativo, seguindo sua capacidade de produção conforme demanda da indústria parceira.

A Agro Florestal São Caetano S/A manteve em conformidade a parceria com a empresa Madeireira Thomasi S.A., mediante a gestão racional dos seus ativos biológicos, adotando práticas de gestão e controles via plano estratégico plurianual de operação, considerando o orçamento anual de despesas e investimentos.

Ao se tratar do mercado de venda de toras de pinus, a Agro Florestal São Caetano S/A assim como as demais empresas do setor teve graves dificuldades, ao longo do ano de 2025, seja pela instabilidade do valor R\$/ton em pé das toras, agravada pela aplicação pelo Governo dos Estados Unidos de sobre taxas de 50% sobre os produtos madeireiros Brasileiros, gerando grave

crise no setor industrial Madeireiro e impactando fortemente a demanda por toras, durante o período, sendo movimentadas 4,009 toneladas de madeira de Pinus direcionadas a MTSA e 4.681 toneladas de madeira de Eucalyptus, respeitando o contrato de parceria firmado com a Madeireira Thomasi S.A.

Quanto ao ativo florestal em questão, foram implantados 91 novos hectares de mudas de pinus, conforme demonstrado no laudo de avaliação de Ativos Biológicos. Utilizando material genético de alta produtividade disponível no mercado, e gestão in loco sobre os tratamentos silviculturais pertinentes, visando a alcançar IMA (Incremento Médio Anual) igual ou superior a 45m³/hectare/ano.

Deu-se continuidade ao plano de manutenção dos plantios com idade <= 4 anos, com as devidas intervenções silviculturais necessárias, visando a garantir o incremento desejado para a floresta, em linha com o objetivo de gerar florestas de múltiplos produtos, de alto valor agregado, seja para abastecimento da empresa parceira ou geração de renda futura junto ao mercado consumidor.

Além das atividades técnicas de implantação, manutenção e comercialização de madeiras, foram executadas as atividades correlatas, como: Gestão e controles administrativos e operacionais, conservação do patrimônio por meio de vigilâncias das fazendas, bem como a atenção das questões fundiárias das propriedades e a manutenção dos impostos (ITR/ CCR), garantindo assim a perpetuidade da gestão dos ativos florestais da empresa.

Agradecimentos

Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento.

Maria Verônica Longo

Diretora

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Ativo	Nota	2025		2024		Resultado do Exercício	Outros resultados Abrangentes	Resultado Abrangente Total do Exercício	Reserva de Lucros								
		2025	2024	2025	2024				Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Estatutária de Ativos Biológicos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total	
Ativo Circulante																	
Caixa e Equivalentes de Caixa	6		357		131.746												
Impostos a Recuperar	7		-		1.841												
Total do Ativo Circulante			357		133.587												
Ativo não Circulante																	
Realizável a Longo Prazo																	
Partes Relacionadas	9	10.180.279	10.072.320														
Total do Realizável a Longo Prazo		10.180.279	10.072.320														
Imobilizado	9	18.681.530	18.681.530														
Ativo Biológico	10	8.794.143	9.372.736														
Total do Ativo não Circulante		37.655.952	38.126.586														
Total do Ativo		37.656.309	38.260.173														
Passivo e Patrimônio Líquido																	
Passivo Circulante																	
Obrigações Sociais	11		33.757		33.757												
Obrigações Tributárias	12		23.233		31.993												
Outras Obrigações	13		2.060		12.946												
Total do Passivo Circulante			59.050		78.696												
Passivo não Circulante																	
Partes Relacionadas			340.250		340.250												
Impostos Diferidos	14		9.228.867		9.424.212												
Obrigações Tributárias	12		-		9.335												
Total do Passivo não Circulante			9.569.117		9.773.797												
Patrimônio Líquido																	
Capital Social	15		8.847.513		7.441.050												
Reservas de Lucros	15		6.950.753		8.736.754												
Ajustes de Avaliação Patrimonial			12.229.876		12.229.876												
Total do Patrimônio Líquido			28.028.142		28.407.680												
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			37.656.309		38.260.173												

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Resultado do Exercício			
Receita Líquida De Vendas	16	386.856	384.161
Varição do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(271.025)	96.450
Exaustão		(303.520)	(288.058)
Depreciação		(4.048)	(3.578)
Lucro Operacional Bruto		(191.737)	188.975
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas Administrativas		(364.940)	(374.535)
Despesas Tributárias		(11.153)	(10.787)
Outras Receitas/(Despesas)		(1.840)	(85)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais		(377.933)	(385.407)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(569.670)	(196.432)
Receitas Financeiras	17	3.809	5.981
Despesas Financeiras	18	(6.732)	(4.740)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(572.593)	(195.191)
IRPJ/CSLL Correntes		(13.176)	(14.236)
IRPJ/CSLL Diferidos		195.345	165.147
Resultado do Exercício		(390.424)	(144.280)

Atribuído a: Valor por lote de 1000 ações (0,29) (0,11)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Informações Gerais

A Agro Florestal São Caetano S/A, se dedica a extração de madeira em floresta plantada e floresta nativa e a agricultura de cereais e leguminosas, a pecuária de cria, de corte e leiteira, o plantio de florestas. O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração e Conselho Fiscal em 16 de março de 2026.

Nota 2 - Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1. Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3. Moeda Funcional

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa/Actuar

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.5. Instrumentos Financeiros

O ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos e juros calculados utilizando o método da taxa juros efetiva, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico, que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro - Método Indireto (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(390.424)	(144.280)
Resultado do Exercício	(390.424)	(144.280)
Outros resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(390.424)	(144.280)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro - Método Indireto (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Resultado do Exercício	(390.424)	(144.280)
Ajustados por:		
Realização do valor justo dos ativos biológicos	303.520	288.058
Exaustão dos ativos biológicos	4.048	3.578
Varição do valor justo dos ativos biológicos	271.025	(96.450)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(195.345)	(65.148)
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Depósitos Judiciais	-	85
Fornecedores	-	909
Obrigações Sociais	-	909
Obrigações Tributárias - CP e LP	(18.095)	(12.645)
Outras Obrigações	(10.886)	(110.650)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(34.316)	(136.543)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos Propostos	-	(10.887)
Reversão de Distribuição de Lucros após AGO	10.886	121.536
Varição Líquida com Partes Relacionadas	(107.959)	157.003
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(97.073)	267.652
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(131.389)	131.109
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	131.746	637
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	357	131.746
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício

Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

3.6.1. Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos

Caso exista evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo.

3.6.2. Imobilizado - custo atribuído (deemed cost)

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais (única classe existente de ativos imobilizados), de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização destes ativos.

3.7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado "ativos biológicos", além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior. Os efeitos da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma "reserva de ativos biológicos", com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

Os ativos biológicos correspondem a florestas de Pinus e Eucalyptus. Foi calculado o valor justo dos estoques de árvores em pé de Pinus taeda, Pinus elliotti e Eucalyptus dunni pertencentes a empreendimento florestal, implantados nos imóveis rurais de propriedade da Companhia. A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantido dentro da "Reserva de Ativos Biológicos" no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

Os reforestamentos existentes nas propriedades da Agro Florestal São Caetano S/A foram implantados pela Madeireira Thomasi S/A empresa ligada, que firmaram entre si contrato de arrendamento de terras e parceria agrária, tendo como objetivo o cultivo de árvores para posterior colheita. Os contratos de arrendamento firmados entre as empresas, estabelecem que o resultado da produção conjunta de madeiras será dividido entre as empresas na proporção de 40% para o Arrendador e 60% para o Arrendatário.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

3.7.1. Ativos biológicos - Reconhecimento a Valor Justo

a) O valor justo dos ativos biológicos foi determinado a preço de mercado, levando em consideração os dados de inventário florestal e a prognose calculada através dos sistemas SISPINUS e SISEUCALYPTUS, desenvolvido pela EMBRAPA;

b) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

c) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a taxa de juros praticada no mercado nacional;

d) O valor da madeira foi fixado pela tabela de preços de mercado, levando-se em consideração os sortimentos a serem obtidos nos desbastes (cortes sistemático-seletivo e corte seletivo) e no corte final da floresta;

e) Diferentemente de culturas agrícolas, as florestas não

AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A.	
Nota 15 - Patrimônio Líquido	Nota 16 - Receita com Vendas e Serviços
15.1. Capital Social	2025 2024
O capital social é de R\$ 8.847.513 (oito milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e treze reais), o qual é dividido em 1.328.759 (um milhão, trezentas e vinte e oito mil, setecentas e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.	Venda de Toras - Inter - Companhias 197.604 188.111
15.2. Reserva Legal	Venda de Toras 218.453 221.783
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após as devidas deduções, até atingir o limite de 20% do capital social.	Receita Operacional Bruta 416.057 409.894
15.3. Retenção de Lucros	(-) Impostos s/ Vendas (29.201) (25.733)
Após a absorção dos prejuízos acumulados, constituição da Reserva Legal, provisão para pagamento do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido e das devidas deduções/transferências realizadas, os saldos remanescentes de lucros acumulados foram destinados para Reserva de Retenção de Lucros conforme proposta da diretoria a ser aprovada pela Assembleia Geral.	Receita com Vendas e Serviços 386.856 384.161
	Nota 17 - Resultado Financeiro Líquido
	2025 2024
	Receitas Financeiras
	Rendimentos de Aplicações Financeiras 3.809 5.447
	Receitas Eventuais - 534
	Total de Receitas Financeiras 3.809 5.981
	Despesas Financeiras
	Acréscimo Legais (3.317) (2.562)
	Despesas Bancárias (3.323) (2.173)
	Multas e Juros (92) (5)
	Total de Despesas Financeiras (6.732) (4.740)
	Total do Resultado Financeiro Líquido (2.923) 1.241
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais	
Aos Diretores e Acionistas da Agro Florestal São Caetano S.A. - União da Vitória - PR	emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião	Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Florestal São Caetano S.A. , que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.	A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).	Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles
	Nota 18 - Cobertura de Seguros
	A Companhia informa que no exercício de 31 de dezembro 2025 não contratou seguros.
	Nota 19 - Contingências
	A Agro Florestal São Caetano S.A. possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização:
	19.1. Ação de dissolução parcial nº. 13139-37.2019.8.16.0194 - 2ª V. Cível União da Vitória
	Trata-se de ação em que o acionista Espólio de Antonio Roque Thomasi com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
	Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
	Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
	Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
	• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
	• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a
	postula a sua retirada das companhias em questão. Recentemente, foi proferida sentença de procedência, a qual decretou a dissolução parcial e determinou a apuração dos haveres do sócio retirante. As Companhias recorrerão.
	O Autor atribuiu à ação o valor de R\$ 100.000,00 (data-base dezembro de 2019). Não houve a formulação de pretensão concreta relativamente ao valor dos haveres buscados, e não é possível estimar o valor concreto da condenação objeto da sentença, pois ele depende da reavaliação de todos os ativos e passivos da Companhia para a data-base, bem como da submissão dessa reavaliação a todos os procedimentos inerentes ao levantamento de um balanço de determinação, o que dependerá de perícia. A perda é considerada possível.
	auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
	• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
	• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia.
	Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
	Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
	Joinville (SC), 08 de abril de 2026.
	Juliano César de Souza Contador CRC (SC) nº 042.071/O-3 CNAI 5.779
	Sappia Auditores e Consultores CRC (SC) nº 8.745/O-1 CVM nº 12.106

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2026 09:30:03

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 2eef627049d107349cd8614afb5f56ecd0fa9065ba302eb662fda2a9cdffcb5



Assinatura

Assinado em: 28/04/2026 09:30:11

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: fe3b229ed601a8d4aaefe5e156ff3baf



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.8.237	-25.442432020389 , -49.255835026705	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



MADEIREIRA THOMASI S.A.

inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.17. Bases Para Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Empresa no encerramento do exercício:

a) Incluído nestas demonstrações financeiras consolidadas, das empresas controladas nas quais a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e das sociedades coligadas nas quais a investidora tenha influência significativa;

b) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre a Empresa e suas controladas e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios entre a Empresa e suas controladas incluídas na consolidação;

c) Eliminação do investimento na proporção de seu respectivo patrimônio;

d) Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação direta na seguinte empresa:

	% Participação	
	2025	2024
Agropesp - Agropecuária São Paulo S.A.	93,37843%	93,37843%

Nota 4 - Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

4.1. Risco de Crédito

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento. São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita suas exposições a riscos de crédito ao aplicar em renda fixa apenas em bancos de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que os investimentos são apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. Os saldos em aplicações financeiras são com instituições com baixo risco de crédito.

4.2. Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	26.335.668	24.369.708	33.265.420	31.304.199
Contas a receber de clientes	1.255.594	2.393.786	12.965.783	14.141.453
Total	27.591.262	26.763.494	46.231.203	45.445.652

4.3. Outros passivos financeiros

São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os outros passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

4.4. Valor Justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

4.5. Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

4.6. Risco de Taxas de Juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

4.7. Risco de Liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e aplicações em banco internacional.

Nota 5 - Instrumentos Financeiros Básicos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	26.335.668	24.369.708	33.265.420	31.304.199
Contas a receber de clientes	1.255.594	2.393.786	12.965.783	14.141.453
Mútuos com partes relacionadas	1.335.064	2.074.774	1.335.064	2.059.998
Total	28.926.326	28.838.268	47.566.267	47.505.650

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivos Financeiros				
Fornecedores	261.140	253.302	404.939	522.801
Mútuos com partes relacionadas	28.945.635	25.222.339	10.925.898	9.948.496
Total	29.206.775	25.475.641	11.330.837	10.471.297

Nota 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	-	10	-	10
Bancos	14.400	25.166	15.430	31.216
Aplicações Financeiras (a)	26.321.268	24.344.532	33.249.990	31.272.973
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	26.335.668	24.369.708	33.265.420	31.304.199

a) Em 21 de dezembro de 2022 a Agropesp adquiriu aplicação financeira do Banco BTG Pactual em USD 3.008.018, a taxa de conversão utilizada em R\$ 5,2177, convertido para moeda corrente R\$ 15.694.935. Em 18 de agosto de 2023 valor foi transferido da Agropesp para a Madeireira Thomasi. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuia USD 3.988.505,49, à taxa de conversão de R\$ 5,5024, correspondendo a R\$ 21.946.353. A receita decorrente desta aplicação financeira contabilizada no exercício de 2025 corresponde a R\$ 1.274.605.

Nota 12 - Imobilizado Controladora

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Terrenos				
15.685.909	13.078.236	1.694.242	11.526.303	127.057
Depreciação Acumulada	(3.770.962)	(500.042)	(8.963.570)	(96.409)
Valor Contábil	15.685.909	9.307.274	1.194.200	2.562.733
Adições	-	13.560	-	5.300
Baixas de Custo	-	-	-	(2.349)
Depreciação	-	(434.539)	(68.066)	(474.328)
Baixas de Depreciação	-	-	-	1.746
Saldo Final	15.685.909	8.872.735	1.139.694	2.088.405

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Edificações				
15.685.909	13.078.236	1.762.493	10.946.355	132.308
Depreciação Acumulada	(4.628.854)	(637.554)	(9.394.882)	(107.060)
Valor Contábil	15.685.909	8.449.382	1.124.939	1.551.473

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imóveis				
15.685.909	13.078.236	1.762.493	10.946.355	132.308
Depreciação Acumulada	(4.628.854)	(637.554)	(9.394.882)	(107.060)
Valor Contábil	15.685.909	8.449.382	1.124.939	1.551.473

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Máquinas e Equipamentos				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Móveis e Utensílios				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Veículos				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Equipamentos				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ferramentas				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Beneficiárias em Andamento				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Processamento de Dados				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Processamento de Dados				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ferramentas				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Equipamentos				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ferramentas				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Equipamentos				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Equipamentos				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Equipamentos				
18.300.209	16.446.486	1.694.242	11.565.962	273.455
Depreciação Acumulada	(4.057.982)	(500.042)	(8.984.289)	(493.407)
Valor Contábil	18.300.209	12.388.504	1.194.200	92.768

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024

MADREIRA THOMASI S.A.				
Nota 18 - Dividendos a Pagar				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Thomasi Participações	1.216.836	1.003.098	1.216.836	1.003.098
Nelson Thomasi	-	140	-	140
Espólio de Antonio R. Thomasi	183.885	884.560	204.987	964.718
Total de Dividendos a Pagar	1.400.721	1.887.798	1.421.823	1.967.956
Nota 19 - Impostos Diferidos				
Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado foram registrados impostos de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.				
Os saldos dos impostos diferidos passivos são:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de Renda Diferido-AAP	5.803.317	6.027.434	5.803.317	6.027.434
Contribuição Social Diferida-AAP	2.089.195	2.169.876	2.089.195	2.169.876
Imposto de Renda Diferido - AVJ	4.605.905	4.347.621	4.605.905	4.347.621
Contribuição Social Diferida - AVJ	1.658.126	1.565.144	1.658.126	1.565.144
Total de Impostos Diferidos	14.156.543	14.110.075	14.156.543	14.110.075
Nota 20 - Contingências				
20.1. Contingências Prováveis				
Para os processos em andamento classificados como risco provável a Companhia e suas controladas constituíram provisão para contingências no montante de R\$ 27.835.775 com base em seu julgamento histórico de perdas prováveis:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contingências Cíveis	2.000	2.000	27.835.775	24.360.124
Total de Contingências Prováveis	2.000	2.000	27.835.775	24.360.124
a) Processo nº 0004854-57.2008.8.24.0052				
Em decisão, o pedido contraposto formulado pela ré Madeiraira Thomasi S.A. em face do autor Espólio de Pedro Bueno de Lima, para o fim de condenar o autor ao pagamento de indenização por danos materiais pela extração indevida de árvores, no valor de R\$ 8.036,60 (oito mil, trinta e seis reais e sessenta centavos). Aguardando a intimação da presente decisão. Valor estimado em R\$ 1.000.				
b) Processo nº 0004775-78.2008.8.24.0052				
Reconhecida a conexão entre os autos da usucapição, interdito proibitório e reintegração de posse, em fase de instrução processual. Processo julgado em conjunto. Aguardando a intimação da presente decisão. Valor estimado em R\$ 1.000.				
20.2. Contingências Prováveis - AGROPESP				
a) Processo Ambiental IBAMA/SEMA nº 0000708-49.2014.4.01.3604 e 5001914-81.2014.4.04.7014				
Trata-se de execução fiscal que visa a cobrança de crédito oriundo do auto de infração nº 586.656-D movida pelo IBAMA e pela SEMA. A ação foi julgada improcedente, os assessores jurídicos apresentaram apelação ao Tribunal e foi concedido efeito suspensivo. A IBAMA recorreu da decisão e foram apresentadas contrarrazões. No dia 13 de setembro de 2019 foi protocolada petição informando o descumprimento do efeito suspensivo da apelação.				
O valor da ação estimado pelos assessores jurídicos é de R\$ 27.758.423 baseando-se na atualização do valor apresentado pelo IBAMA em novembro de 2022 e considerando uma possível condenação em honorários de 2º grau. Para a vigência do ano de 2025 a possibilidade de perda foi mantida para risco provável tendo em vista a decisão judicial desfavorável a requerida.				
	2025	2024		
Valor Corrigido*	20.114.799	17.596.212		
Multa (20%)	4.022.960	3.519.242		
Honorários (15%)	3.620.664	3.167.318		
Total	27.758.423	24.282.773		
*Valor atualizado pela SELIC acumulada mensal (% a.m) - calculado pro-rata die. O total acumulado até 31 de dezembro de 2025 representa variação de 217,01811%.				
b) Ação indenizatória nº 0046878-42.2012.8.16.0001				
Trata-se de ação indenizatória ingressada pela AGROPESP contra a empresa Insol Intertrading do Brasil Ind. e Com. Ltda., cuja ação foi julgada improcedente. A ré interps embargos de declaração, que foram improvidos e recurso de apelação, que foi provido em parte.				
A AGROPESP foi condenada a pagar honorários de sucumbência 10% sobre valor da causa, mensurados pelos assessores jurídicos em R\$ 75 mil.				
20.3. Contingências Possíveis				
A MADREIRA THOMASI S.A. possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização:				
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas				
Aos Diretores e Acionistas da				
Madeiraira Thomasi - União da Vitória - PR				
Opinião				
Examinamos as demonstrações financeiras da Madeiraira Thomasi S.A., identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.				
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Madeiraira Thomasi em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).				
Base para opinião				
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Madeiraira Thomasi e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras				
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações				
a) Processo nº 0013139-37.2019.8.16.0194				
Trata-se de ação em que o acionista Espólio de Antonio Roque Thomasi postula a sua retirada das companhias em questão. Recentemente, foi proferida sentença de procedência, a qual decretou a dissolução parcial e determinou a apuração dos haveres do sócio retirante.				
O Autor atribuiu à ação o valor de R\$ 100 mil (data-base dezembro de 2019). Não houve a formulação de pretensão concreta relativamente ao valor dos haveres buscados, e não é possível estimar o valor concreto da condenação objeto da sentença, pois ele depende da reavaliação de todos os ativos e passivos da Companhia para a data-base, bem como da submissão dessa reavaliação a todos os procedimentos inerentes ao levantamento de um balanço de determinação, o que dependerá de perícia.				
A perda é considerada possível.				
b) Ação trabalhista nº 0001526-73.2025.5.09.0026				
Trata-se de ação trabalhista movida por Wellington Bridun. Ação envolvendo pedidos de verbas rescisórias (rescisão indireta do contrato de trabalho), adicional de insalubridade e/ou periculosidade e danos morais. Aguarda audiência inicial. O valor estimado é de R\$ 30 mil.				
20.4. Contingências Possíveis - AGROPESP				
A AGROPESP AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização:				
a) Processo nº 0006841-71.2004.4.01.3600				
Trata-se de Execução das Taxas de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos meses jul/1995 a out/1997. O valor estimado da causa é de R\$ 58 mil.				
b) Processo nº 0017413-52.2005.4.01.3600				
Trata-se de Execução da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos trimestres de jan/1998 a out/2001. O valor estimado da causa é de R\$ 390 mil.				
c) Processo nº 0028313-55.2009.4.01.3600				
Trata-se de Execução das Taxas de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos trimestres de jan/2002 a out/2004. O valor estimado da causa é de R\$ 170 mil.				
d) Processo nº 92885/2014				
Trata-se de processo administrativo para apuração de suposta infração ambiental de "Fazer uso de fogo em 246,6380 hectares de área agropastoril, sem autorização do órgão ambiental competente e em período proibitivo de queimadas". O valor atualizado da multa é de R\$ 432 mil.				
Nota 21 - Patrimônio Líquido				
21.1. Capital Social				
é composto por 7.590.266 (3.038.715 em 2024) ações ordinárias nominativas totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.				
O incremento de ações registrado no exercício de 2025 foi realizado através da capitalização de reservas de lucros no montante de R\$ 4.551.551. Este aumento foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 06 de junho 2023, porém, contabilizada apenas em 2025 em função de ação judicial que suspendeu os efeitos desta assembleia, que teve seu trânsito em julgado em 2025.				
21.2. Reservas de Lucros				
21.2.1. Reserva Legal				
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após as devidas deduções, até atingir o limite de 20% do capital social.				
21.2.2. Retenção de Lucros				
Após a absorção dos prejuízos acumulados, constituição da Reserva Legal, provisão para pagamento do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido e das devidas deduções/transferências realizadas, os saldos remanescentes de lucros acumulados foram destinados para Reserva de Retenção de Lucros conforme proposta da diretoria a ser aprovada pela Assembleia Geral.				
21.2.3. Reserva de Ativos Biológicos				
Foi constituída em função de a Companhia e suas controladas terem avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pelo efetivo consumo dos ativos biológicos avaliados a valor justo, quando será também oferecida a base de dividendos. O objetivo na criação da nova reserva, foi de constituir um instrumento que permitisse de forma transitória a manutenção dos efeitos do valor justo dos ativos biológicos até que sejam realizados financeiramente.				
21.3. Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Foi constituída em função de a Companhia e suas controladas terem avaliados determinadas classes de ativos imobilizados ao custo atribuído no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados.				
21.4. Dividendos				
Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia e suas controladas, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia e de suas controladas. A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual.				
Resultado do Exercício Antes das Part.				
Efeitos do Ativo Biológico				
(-) Reserva Legal				
Base de Cálculo dos Dividendos				
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)				
2025				
(96.910)				
1.421.808				
(66.245)				
1.258.653				
314.657				
Nota 22 - Receita Líquida				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas de Vendas				
Vendas - MI - PP - Constr. Civil	81.958	126.856	81.958	126.856
Vendas de Toras	2.218.875	3.836.811	2.218.875	3.836.811
Venda de Soja	-	-	8.017.890	6.310.314
Vendas - ME - PP - Constr. Civil	6.972.924	8.679.125	6.972.924	8.679.125
Total das Receitas	9.273.757	12.642.792	17.291.647	18.953.106
Deduções da Receita				
(-) ICMS s/Vendas	(25.895)	(58.944)	(25.895)	(58.944)
(-) PIS s/Vendas	(37.596)	(64.035)	(37.596)	(64.035)
(-) COFINS s/Vendas	(173.171)	(294.947)	(173.171)	(294.947)
(-) Canc/Devol. de Mercad. - MI e ME	(3.172)	(31.659)	(3.172)	(31.659)
Total de Receita Líquida	9.033.923	12.193.207	17.051.813	18.503.521
Nota 23 - Outras Receitas e Despesas				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Arrendamentos	425.408	415.155	425.408	415.155
Frete Recebidos	127.450	119.377	127.450	119.377
Provisão de contingências judiciais	-	-	(3.475.651)	(2.371.964)
Reversão de contingências judiciais	-	208.953	-	208.953
Perdas em créditos de ICMS (a)	-	(1.600.852)	-	(1.600.852)
Outras receitas e despesas	48.566	59.814	(201.183)	(159.043)
Total de Outras Receitas e Despesas	601.424	(797.553)	(3.123.976)	(3.388.374)
a) Em 2024 a Administração da Companhia optou por reconhecer as perdas sobre o saldo de ICMS a Recuperar. A baixa foi realizada levando em consideração a ausência de expectativa de utilização dos valores e o perfil comercial de vendas da Companhia direcionadas principalmente para o mercado externo.				
Nota 24 - Resultado Financeiro Líquido				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Descontos Obtidos	112	5.479	1.621	6.062
Juros Rec. p/Atraso	944	154	944	154
Varição Cambial Ativa	2.002.520	5.783.905	2.002.520	5.783.905
Receita s/Aplicações Financeiras	1.822.093	1.326.071	2.697.037	2.003.474
Receitas Eventuais	53	80.419	53	80.419
Varição Monetária Ativa	-	6.360.000	2.623.803	3.367.425
Receitas Financeiras CCEE	3.936.000	1.416.000	3.936	1.416
Receita Financeira - Accrued Interest	31.845	72.405	31.845	72.405
Total de Receitas Financeiras	3.861.503	7.276.209	7.361.759	11.315.260
Despesas Financeiras				
Multas e Juros	(24.916)	(141.065)	(28.718)	(200.452)
Tarifas e Taxas	(9.831)	(12.575)	(10.282)	(12.924)
Imposto s/Oper. Financeiras-IOF	(36.342)	(25.142)	(40.129)	(26.165)
Despesas c/Fechamento de cambio	(6.074)	(11.775)	(6.074)	(11.775)
Despesas Cambial Passiva	(4.800.470)	(856.361)	(4.800.470)	(856.361)
Descontos Concedidos	(83.158)	(2.031)	(83.158)	(2.031)
Acrescimos Legais	-	-	-	-
Varição Monetária Passiva	-	-	(4.790.530)	(1.083.486)
Despesas s/Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Despesas Pqto Tit. c/ Crédito ICMS	-	-	-	-
Despesas Financeiras CCEE	(22.238)	(15.103)	(22.238)	(15.103)
Despesas de Aplicações Financeiras	-	(82.107)	-	(125.037)
Desp. c/ Deságio Realiz. Créditos de ICMS	-	(157.640)	-	(157.640)
Total de Despesas Financeiras	(4.983.029)	(1.303.799)	(9.781.599)	(2.490.974)
Resultado Financeiro Líquido	(1.121.526)	5.972.410	(2.419.840)	8.824.286
Nota 25 - Cobertura de Seguros				
Companhia e suas controladas informam que no exercício de 2025, não contratou seguros para os bens patrimoniais, mantendo apenas medidas preventivas de proteção para os demais bens. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos da atividade.				
suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.				
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.				
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.				
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia.				
Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.				
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.				
Joinville (SC), 08 de abril de 2026.				
Juliano César de Souza				
Contador CRC (SC) nº 042.071/O-3 CNAI 5.779				
Sappia Auditores e Consultores				
CRC (SC) nº 8.745/O-1 CVM nº 12.106				

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Balanços

Concorrências

Editais

Súmulas

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2026 08:36:40

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: abfb559c9bb6e61100a4b3c10aefae3570380a0a653797a0adc4a230f5532282



Assinatura

Assinado em: 28/04/2026 08:36:49

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 966b2a0ad9cfa31256f1505a1c3af8cb



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.36.126	-25.442432020389 , -49.255835026705	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Electra

Electra Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ nº 04.518.259/0001-80



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	113.369	72.268	117.417	77.821
Contas a receber	5	236.782	195.887	277.169	195.892
Contratos futuros a receber MaM	24	393.514	267.690	406.743	271.319
Impostos a recuperar	6	11.537	1.433	12.810	2.498
Adiantamentos a fornecedores		669	844	731	878
Outros créditos	7	622	1.852	3.811	5.047
Partes relacionadas	8	46.766	15.237	46.766	15.237
Total do ativo circulante		803.259	555.211	865.447	568.692
Não circulante					
Outros créditos	7	9.995	8.411	9.995	8.411
Aplicações financeiras	4	40.604	47.926	40.604	47.926
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23,b	69.470	-	69.081	3.112
Contratos futuros a receber MaM	24	555.807	473.486	570.432	476.856
Partes relacionadas	8	252.163	206.418	252.163	206.418
Investimentos	9	47.691	57.465	25.522	39.230
Imobilizado, líquido	10	27.475	19.830	27.464	19.831
Intangível, líquido		285	210	287	212
Direito de uso		590	1.147	590	1.147
Total do ativo não circulante		1.004.080	814.893	996.320	803.143
Total do ativo		1.807.339	1.370.104	1.861.767	1.371.835
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	297.053	167.521	338.983	167.548
Contratos futuros a pagar MaM	24	477.284	153.271	484.088	155.373
Empréstimos e financiamentos	12	160.097	166.378	160.097	166.378
Arrendamentos		574	904	574	904
Obrigações sociais e trabalhistas	13	2.880	2.804	3.116	2.970
Impostos e contribuições a recolher	14	22.649	21.215	22.725	21.282
Obrigações tributárias MaM	24	-	10.584	594	10.725
Adiantamentos de clientes	15	50.887	3.279	50.899	3.279
Outras obrigações	16	5.386	10.825	5.386	10.826
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Total do passivo circulante		1.016.810	536.781	1.066.462	539.285
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	289.293	300.755	289.293	300.755
Arrendamentos		66	367	66	367
Obrigações tributárias MaM	24	-	27.945	-	28.200
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	-	64.944	-	64.944
Impostos e contribuições a recolher	14	34.817	34.687	34.817	34.687
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	-	855	-	855
Contratos futuros a pagar MaM	24	409.083	171.372	413.852	171.995
Adiantamentos de clientes	15	4.366	3.891	4.372	3.891
Outras obrigações	16	276	40.709	276	39.057
Dividendos a pagar		542	1.124	542	1.124
Total do passivo não circulante		738.443	646.649	743.218	645.875
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.807.339	1.370.104	1.861.767	1.371.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Electra Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Electra") é uma Companhia S.A. capital fechada, com sede em Curitiba-PR, com atuação no mercado livre de energia elétrica. A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL desde 2001 e tem como atividade preponderante a comercialização de energia elétrica. Expandindo anualmente sua carteira de clientes com elevado rating, possui solidez em seus recebíveis e continua formalizando contratos com grandes consumidores em períodos de fornecimento de longo prazo. A Companhia oferece benefícios sociais a todos os seus colaboradores, dentre os quais destacamos: plano de aposentadoria complementar, seguro de vida em grupo, programa de alimentação, transporte, assistência médica extensiva aos dependentes, participação nos resultados - PLR. A Companhia mantém, ainda, um programa de treinamento profissional orientado, no sentido de possibilitar o desenvolvimento profissional de todos os seus colaboradores. **Informações das controladas:** A Electra possui o controle direto da Empresa Hedge Investimentos e Participações Ltda. ("Hedge"), empresa por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 29 de janeiro de 2015, com sede em Curitiba - PR. A Empresa tem como objeto social: (i) a participação no capital social de outras Empresas e; (ii) compra e venda de participações societárias. Em 23 de novembro de 2020, a Electra adquiriu a Continental Comercializadora de Energia Ltda ("Continental"), a qual já era de controle comum dos acionistas da Companhia e que tem como objeto principal a comercialização de energia elétrica. A Electra possui 100% da participação da Continental. Em 21 de maio de 2021, a Electra adquiriu a Directa Comercializadora de Energia Ltda ("Directa"), que possui como objeto principal a comercialização varejista de energia elétrica. A Electra possui 100% da participação da Directa. Em 20 de maio de 2024, a razão social da Directa foi alterada para Electra Comercializadora Varejista Ltda. Em 22 de agosto de 2025 a Electra constituiu a empresa Electra Soluções Ltda ("Soluções"), e tem como objetivo a prestação de serviços de recarga de veículos elétricos e híbridos, incluindo a instalação, operação e manutenção dos pontos de carregamentos. A Electra possui 100% da participação da Soluções. A Companhia também possui outros investimentos descritos na nota 9, para os quais não detém o controle. **Capital circulante líquido:** O capital circulante líquido da controladora, em 31 de dezembro de 2025, está representado pelo montante negativo de R\$(213.552), (em 31 de dezembro de 2024, positivo em R\$18.430). O capital circulante líquido consolidado, em 31 de dezembro de 2025, está representado pelo montante negativo de R\$(201.016), (em 31 de dezembro de 2024, positivo em R\$29.407). Conforme estimativas da administração, esse montante negativo de capital circulante será acrescido com a geração futura de resultado, consequentemente melhorando caixa operacional e proporcionando quitação dos valores passivos, decorrente de suas próprias atividades operacionais. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional, conforme disposto no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. A Companhia está exposta à volatilidade dos preços de energia elétrica, que afetam o valor justo de contratos futuros, e mantém nível relevante de endividamento, com necessidade de rolagem de determinadas obrigações financeiras. Esses fatores, quando considerados isoladamente, poderiam indicar risco à continuidade operacional. No entanto, a Administração avaliou de forma abrangente a capacidade da Companhia de manter suas operações pelo período mínimo de doze meses após a data-base das presentes demonstrações financeiras, conforme requerido pelo CPC 26. Essa avaliação considerou, entre outros aspectos: (i) projeções de fluxo de caixa e liquidez futura elaboradas com base na carteira atual de contratos e nas expectativas de desempenho operacional; (ii) linhas de crédito disponíveis e seus respectivos prazos de validade; (iii) renegociações de dívidas firmadas com instituições financeiras, com objetivo de reestruturar a dívida, reduzindo o custo e alongando o prazo; (iv) renegociação de preços com os consumidores visando o equilíbrio dos contratos com os preços praticados atualmente no mercado. (v) alienação de bens imobilizados, não ligados a operação da Companhia. (vi) conclusão da emissão de debêntures após a data-base, classificada como evento subsequente relevante; e (vii) apurados de recursos pelos acionistas, por meio de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no montante de R\$134.347 ocorridos no exercício de 2025 e R\$253.704 no 1º trimestre de 2026, totalizando R\$388.051. Adicionalmente, a Administração tem implementado estratégias voltadas à expansão e diversificação do portfólio de clientes, à gestão ativa dos riscos de mercado e de crédito, bem como à otimização da estrutura de capital, com expectativa de geração operacional positiva de caixa nos exercícios futuros. A Companhia também está analisando propostas de alienação de suas ações societárias, objetivando aumento de capital de terceiros. A Holding Intrepid, através de suas coligadas Illian e Hydra, continuam investindo fortemente em ativos de geração hídrica, solar e eólica. Com parcerias sólidas com grandes players de mercado, o Grupo Electra, expande sua capacidade de geração, objetivando estar cada vez menos exposta a volatilidade dos preços de energia elétrica do mercado. Com base nessas premissas, a Administração concluiu que a Companhia possui recursos financeiros suficientes e expectativa razoável de geração de caixa para honrar seus compromissos à medida que vençam, no curso normal de suas operações. Dessa forma, não foi identificada a existência de incerteza material relacionada à continuidade operacional, e as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com esse pressuposto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Autorização para emissão: A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e emissão das presentes demonstrações financeiras em 22 de abril de 2026. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, e valor justo para os contratos futuros de energia, adotando práticas contábeis consistente com o resumo das principais políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2025. **2.3. Base de consolidação e investimento em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando o investidor está exposto a, ou tem direito sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. A Companhia possui os seguintes percentuais de participação nas controladas listada abaixo:

Controladas diretas:	Percentual de participação	
	2025	2024
Hedge Investimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%
Continental Comercializadora de Energia	100,00%	100,00%
Electra Comercializadora Varejista Ltda.	100,00%	100,00%
Electra Soluções Ltda	100,00%	-

O resultado do exercício consolidado considera: (i) o resultado da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) os resultados das investidas Hedge, Continental, Electra Varejista e Electra Soluções, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Controladora			Consolidado	
		Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros (prejuízos) a realizar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.778	-	-	3.328	142.251	186.357
Lucro líquido do exercício	-	-	-	100	1.901	2.001
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(1.684)	(1.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.778	-	-	3.428	142.468	186.674
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	6.335	-	(275.270)	(268.935)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	134.347	-	-	-	134.347
Saldo em 31 de dezembro de 2025	40.778	134.347	6.335	3.428	(132.802)	52.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	1.973.387	1.473.560	2.003.907	1.474.313
Custo da energia vendida	20	(2.085.814)	(1.326.221)	(2.119.627)	(1.326.855)
Ajuste a valor justo de contratos futuros energia	24	(307.301)	(33.575)	(295.492)	(29.696)
Lucro bruto		(419.728)	113.764	(411.212)	117.762
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(40.883)	(39.700)	(42.607)	(41.160)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	134.030	(838)	133.998	(865)
Ganho de capital com investimento		569	366	569	365
Equivalência patrimonial	9	(5.710)	1.979	(9.362)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(331.722)	75.571	(328.614)	76.142
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	54.906	22.004	55.386	22.623
Despesas financeiras	22	(126.529)	(96.075)	(126.557)	(96.103)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSSL		(71.623)	(74.071)	(71.171)	(73.480)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(403.345)	1.500	(399.785)	2.662
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	(8.072)	(58)	(8.087)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	134.410	8.573	130.908	7.488
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(268.935)	2.001	(268.936)	2.063
Quantidade média ponderada de ações - milhares		109.357	109.357	109.357	109.357
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(2,4592)	0,0183	(2,4592)	0,0189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(268.935)	2.001	(268.935)	2.063
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(268.935)	2.001	(268.935)	2.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controladora e a controlada, direta e indireta, são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia também possui investimentos avaliadas pelo método de equivalência ou pelo custo, conforme tabela apresentada abaixo:

Investida avaliada por equivalência patrimonial:	Percentual de participação	
	2025	2024
Electra Participações Ltda.	14,50%	14,50%
Investida avaliada pelo custo de aquisição:		
Tambaú Energética S.A.	8,62%	8,62%

2.4. Moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.5. Base de elaboração e políticas contábeis materiais:** O resumo das políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes: (a) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor. (b) **Aplicações financeiras** - São, em sua maioria, classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado do exercício, em rubrica específica de resultado financeiro, pelo regime de competência. Os rendimentos auferidos, quando aplicável, tais como juros incorridos e atualizações monetárias, são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos, utilizando-se a taxa efetiva de juros. As aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a doze meses, a contar da data da contratação, e que atendem aos critérios de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, são classificadas como equivalentes de caixa. As demais aplicações financeiras são classificadas como ativo não circulante, conforme seu prazo de realização. (c) **Contas a receber** - São demonstradas pelos valores nominais das vendas, ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável à operações de longo prazo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual e em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, cujo saldo é apresentado deduzido desta provisão. (d) **Ativos circulante e não circulante** - São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. (e) **Investimentos** - Os investimentos em empresas coligadas e controladas, controladas em conjunto são, nas demonstrações financeiras individuais, reconhecidos inicialmente pelo custo, e registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do período como receita (ou despesa) operacional. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Electra detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Electra. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Electra deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Electra. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Electra tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Electra. Se a participação societária nas controladas for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. (f) **Imobilizado** - Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para torres e construções em andamento). Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. (g) **Direito de uso de ativo** - É reconhecido os ativos de direito de uso na data do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo de ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. (h) **Intangível** - Se referem a softwares os quais são registrados a valor de custo, deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. (i) **Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são demonstradas pelos valores nominais de aquisição do produto adquirido ou do serviço recebido, ajustado a valor presente até a data do balanço, quando aplicável à operações de longo prazo. (j) **Empréstimos e financiamentos** - Compreendem contratos firmados com instituições financeiras, com condições e prazos de vencimentos previamente estabelecidos em contrato. São reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, se aplicável, conforme previsto contratualmente, incorrido até as datas dos balanços. Tais obrigações são classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme seus vencimentos contratuais. Operações com fundos de Investimentos em Direito Creditórios (FIDC) - As operações de captação por meio de FIDC envolvem a cessão de direitos creditórios elegíveis, realizadas nos termos dos contratos firmados. Considerando que a Companhia mantém, substancialmente, os riscos e benefícios associados aos direitos creditórios cedidos, tais operações são contabilizadas como **operações de financiamento**, permanecendo os recebíveis reconhecidos no ativo e os recursos captados registrados como passivo financeiro. Os encargos financeiros decorrentes dessas operações são reconhecidos no resultado de acordo com a taxa efetiva de juros dos respectivos contratos. **Debêntures** - São reconhecidas inicialmente pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, até a data de liquidação ou vencimento. Os juros, prêmios, atualizações monetárias e demais encargos previstos nas escrituras de emissão são reconhecidos como despesa financeira ao longo do prazo das debêntures, pelo regime de competência. (k) **Passivos de arrendamento** - Os arrendamentos são classificados passivos de arrendamento sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente o controle sobre o bem para o arrendatário e os bens adquiridos são registrados no ativo como direitos de uso da Companhia pelo custo de aquisição, sendo sua abordagem simplificada sem o impacto no patrimônio líquido. São analisados os contratos de arrendamentos, e de acordo com o que estabelece a norma, a Companhia realiza as contabilizações conforme os prazos contratuais e taxas de descontos. (l) **Provisões** - são provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é o melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. (m) **Passivo circulante e não circulante** - Demonstra-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(403.345)	1.500	(399.785)	2.662
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício antes do Depreciação e amortização	1.625	881	1.617	882
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	93.672	64.073	93.672	64.073
Resultado equivalência patrimonial	5.710	(1.979)	9.362	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(855)	187</		

>>> continuação

futuro, através de cálculos e premissas, que são elaborados em sistemas específicos de modelagem de preço de energia, juntamente com colaboradores especializados para este fim. A Companhia acredita que para operações futuras de curto prazo, os valores apresentados no relatório apresentados na DCIDE não refletem a realidade do mercado. A Companhia investiu e continua investindo fortemente, em recursos para a elaboração de projeção de preços futuros. Para os contratos de longo prazo, especificamente para o período de 2027, a Companhia adotou os indicadores financeiros projetados e divulgados pelo relatório Dcide com data 31/12/2025, de acordo com cada indicador estipulado nos contratos de compra e venda futuros. Para estes períodos, a Companhia analisou e confrontou com seus sistemas de cálculo, e identificou uma razoabilidade nos preços informados pelo relatório. (u) **Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro** - A Companhia adota todos os procedimentos para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro, conforme legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais. Sendo assim, a adoção do ICPC22, que trata sobre as incertezas quanto a apuração e reconhecimentos do tributo sobre o lucro, não se faz necessária pela Companhia. **2.6. Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; • CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo o total e subtotaís especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaís de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações e consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congoçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	8.237	3.645	8.627	3.713
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	105.132	68.623	108.790	74.108
Total de caixa e equivalentes de caixa	113.369	72.268	117.417	77.821

(a) São representadas basicamente por Certificado de Depósito Bancários - CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa DI (Depósito Interbancário) com liquidez imediata, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos das aplicações financeiras estão compostos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Aplicação financeira Banco Safra	4	4.173
Aplicação financeira Caixa Econômica Federal	9.360	12.916
Aplicação financeira FIDC	18.602	13.353
Aplicação financeira Banco Sicob	412	1.644
Aplicação financeira Banco Pine	-	3.974
Aplicação financeira Banco do Brasil	5.104	10.033
Aplicação financeira Banco Sofisa	1.150	1.643
Aplicação financeira Banco Sicredi	5.782	-
Títulos de Capitalização	190	190
	40.604	47.926

São representadas basicamente por Certificado de Depósito Bancários - CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras, com rendimento atrelado à taxa DI (Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os respectivos prazos de resgate das aplicações estão apresentados abaixo:

	Prazo
Aplicação financeira Banco Safra	dezembro/2027
Aplicação financeira Caixa Econômica Federal	outubro/2026; setembro/2029e outubro/2029
Aplicação financeira FIDC	janeiro/2030 e maio/2030
Aplicação financeira Banco Sicob	dezembro/2037
Aplicação financeira Banco Pine	dezembro/2030
Aplicação financeira Banco do Brasil	dezembro/2029
Aplicação financeira Banco Sofisa	outubro/2027
Aplicação financeira Banco Sicredi	outubro/2027
Títulos de Capitalização	abril/2029

A aplicação junto ao banco Safra é utilizada como garantia para emissão de carta fiança.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cientes	236.782	195.286	277.169	195.892
Partes Relacionadas	-	601	-	601
Total contas a receber	236.782	195.887	277.169	195.892

Referem-se a valores a receber de clientes em operações de venda de energia e prestação de serviços que são usualmente praticadas com um prazo de cerca de 10 dias. A composição da carteira de clientes por vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	232.267	193.805	272.584	193.825
Vencidos até 30 dias	-	1.719	-	1.704
Vencidos de 30 a 60 dias	32	128	84	128
Vencidos de 61 a 90 dias	2.788	172	2.799	172
Vencidos de 91 a 120 dias	39	-	42	-
Vencidos de 121 dias a 180 dias	1.656	63	1.660	63
Total	236.782	195.887	277.169	195.892

A administração realizou a análise da composição dos recebíveis e, considerando que não há títulos vencidos sem expectativa de recebimento, não foi constituída uma nova provisão para crédito de liquidação duvidosa no exercício. Como resultado dessa análise, a administração concluiu que não há necessidade de manter provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
COFINS a compensar	1.993	-	2.890	802
PIS a compensar	458	-	655	176
IRPJ saldo negativo	1.181	1.360	1.340	1.429
CSLL saldo negativo	1	1	21	19
Outros Tributos a recuperar	156	72	156	72
Pis e Cofins s/ MaM	7.748	-	7.748	-
	11.537	1.433	12.810	2.498

Pis e Cofins - Mensalmente são realizadas as apurações de Pis e Cofins, e os débitos apurados pelas salidas são compensados com os créditos de mesma natureza. Para o cálculo do saldo negativo, é necessário considerar os valores liquidados ou retidos de forma antecipada, ou em estimativas, que são superiores ao valor efetivamente devido de IRPJ ou CSLL após o cálculo do período.

7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas antecipadas (a)	201	304	3.391	3.499
Outros (b)	421	1.548	420	1.548
Circulante	622	1.852	3.811	5.047
Outros (c)	9.995	8.411	9.995	8.411
Não Circulante	9.995	8.411	9.995	8.411
	10.617	10.263	13.806	13.458

(a) São despesas antecipadas com prêmios de seguros. (b) Representa saldo de contratos de rateio de despesas operacionais com partes relacionadas. (c) Fundo reserva garantidor das operações estabelecido pela administradora do FIDC, que será devolvido à Electra durante os encerramentos dos contratos.

8. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Partes Relacionadas	Ativo	Ativo	Ativo	Ativo
Prime Participações S/A	9.325	6.683	9.325	6.683
Intrepid Investimentos e Participações S/A	287.637	214.753	287.637	214.753
Predilecta Alimentos	-	-	-	-
Enliv Ltda.	219	219	219	219
Outros créditos (c)	1.748	-	1.748	-
Outros créditos	298.929	221.655	298.929	221.655
Circulante	46.766	15.237	46.766	15.237
Não circulante	252.163	206.418	252.163	206.418

(a) São valores enviados à Empresa Prime Participações S/A, a título de "mútuo", com vencimento em 31/12/2028, corrigidos a CDI (Certificado de Depósito Interbancário) acrescidos de 5% (cinco por cento) de juros ao ano. (b) Trata-se de valores transferidos à Empresa Intrepid Investimentos e Participações S.A., sob a forma de "mútuo", com vencimentos programados para 31/12/2025, registrados no ativo circulante, e para 31/12/2028, registrados no ativo não circulante, ambos corrigidos a CDI (Certificado de Depósito Interbancário) acrescidos de 5% (cinco por cento) de juros ao ano. (c) São valores relacionados à instrumento particular de dívida (CRA), no qual as partes são Empresas Predilecta Alimentos e Electra Comercializadora. Após o término dos pagamentos, os valores serão reembolsados à Electra pela Predilecta Alimentos ou serão convertidos em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas as seguintes transações com empresas relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Continental Comercializadora de Energia Ltda	3.356	-	-	-
Electra Comercializadora Varejista Ltda	24.213	2.312	-	-
Electra Pch Buriiti SPE S.A.	177	172	177	172
Apucaraniinha S.A.	213	-	213	-
Chopim I S.A.	47	-	47	-
Marumbi Geracao de Energia S.A	76	-	76	-
Melissa Geracao de Energia S.A	20	-	20	-
Salto do Vau S.A.	18	-	18	-
Sao Jorge S.A	49	-	49	-
Guaricana Geracao de Energia S.A	1.450	-	1.450	-
Palmas Energias Renovaveis S.A	32	-	32	-
Pitangui Geracao de Energia S.A	28	-	28	-
Chamine Geracao de Energia S.A	799	-	799	-
Cavernoso II Geracao de Energia S.A	2.439	-	2.439	-
	32.917	2.484	5.348	172

	2025	2024	2025	2024
Custo com compra de energia elétrica	1.688	-	-	-
Continental Comercializadora de Energia Ltda	6.916	225	-	-
Electra Comercializadora Varejista Ltda	494	585	494	585
Electra Pch Buriiti SPE S.A.	3.118	-	3.118	-
Apucaraniinha S.A.	688	-	688	-
Chopim I S.A.	1.115	-	1.115	-
Marumbi Geracao de Energia S.A	297	-	297	-
Melissa Geracao de Energia S.A	265	-	265	-
Salto do Vau S.A.	716	-	716	-
Sao Jorge S.A	18.026	-	18.026	-
Guaricana Geracao de Energia S.A	196	-	196	-
Palmas Energias Renovaveis S.A.	31	-	31	-
Pitangui Geracao de Energia S.A	3.428	-	3.428	-
Chamine Geracao de Energia S.A	116	-	116	-
Cavernoso I Geracao de Energia S.A	506	-	506	-
Cavernoso II Geracao de Energia S.A	716	-	716	-
	37.600	810	28.996	585

9. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimentos em controladas	(871)	12.005	7.768	21.595
Hedge Investimentos e Participações Ltda.	11.832	12.782	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Hedge	10.961	24.787	7.768	21.595
Total	(211)	1.308	-	-
Continental Comercializadora de Energia Ltda	-	46	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Continental	260	260	-	-
Agio - Continental	49	1.614	-	-
Total	20.871	15.481	-	-
Electra Comercializadora Varejista Ltda	-	67	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Electra Varejista	(2.119)	(2.119)	-	-
Deságio - Electra Varejista	18.752	13.429	-	-
Total	89	-	-	-
Electra Soluções Ltda	86	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	175	-	-	-

Outros Investimentos

Tambáú Energética S.A. (participação societária sem influência significativa)	389	389	389	389
Electra Participações Ltda. (coligada)	17.365	17.246	17.365	17.246
	47.691	57.465	25.522	39.230

Investimentos em controladas

	Saldo investimento em 2024	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Adição Baixa Investimento em 2025
Continental Comercializadora de Energia Ltda.	1.614	-	(1.660)	95
Hedge investimentos e Participações Ltda.	24.787	(950)	(9.362)	(3.514)
Electra Comercializadora Varejista Ltda.	13.429	-	5.323	18.752
Electra Soluções Ltda.	-	86	(11)	100
Total	39.830	(864)	(5.710)	(3.319)

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benefetorias em imóveis de terceiros
Em 31 de dezembro de 2024	862	193	2.045
Adições	26	-	19
Em 31 de dezembro de 2025	888	193	2.064
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2024	(346)	(151)	(839)
Depreciação	(83)	(7)	(336)
Em 31 de dezembro de 2025	(429)	(158)	(1.175)
Imobilizado líquido:			
Em 31 de dezembro de 2024	516	42	1.206
Em 31 de dezembro de 2025	459	35	889

11. FORNECEDORES

	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de energia elétrica (a)	295.841	166.036	337.767	166.129
Partes relacionadas	-	68	-	-
Outros fornecedores e prestadores de serviços (b)	1.212	1.417	1.216	1.419
	297.053	167.521	338.983	167.548

(a) Referem-se a compras e provisões de fornecedores de energia elétrica que usualmente são praticados com um prazo de cerca de 10 dias. (b) Valores referentes a fornecedores de despesas operacionais.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São compostos por valores a pagar referentes a empréstimos para capital de giro e operações financeiras, conforme apresentado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Capital de Giro		
FIDC	176.565	169.506
Debêntures	132.185	118.287
Banco Pine	34.428	44.965
Banco do Brasil	12.594	39.448
Banco Sicob	39.028	31.215
Banco Safra	12.170	30.569
Caixa Econômica Federal	16.505	23.000
Banco Sicredi	23.102	6.143
Banco Sofisa	2.813	4.000
Total	449.390	467.133
Circulante	160.097	166.378
Não circulante	289.293	300.755

Os empréstimos e operações financeiras possuem na sua maioria, lastro de garantia em recebíveis e/ou aplicações financeiras que ficam vinculadas à amortização contínua de cada operação em questão. As parcelas dos empréstimos e financiamentos registrados no não circulante, em 31 de dezembro, tem os seguintes vencimentos:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
2026	-	110.306
2027	24.210	83.533
2028	39.014	68.508
2029	107.218	30.820
2030	111.436	7.588
2031	7.415	-
	289.293	300.755

>>> continuação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	-	(5.871)	(43)	(5.946)
Imposto de renda	-	(2.201)	(15)	(2.141)
Contribuição social	-	(8.072)	(58)	(8.087)
Total do imposto corrente	-	(8.072)	(58)	(8.087)
Diferido				
Imposto de renda	98.831	6.304	96.256	5.506
Contribuição social	35.579	2.269	34.652	1.982
Total do imposto diferido	134.410	8.573	130.908	7.488
Total do imposto corrente e diferido	134.410	501	130.850	(599)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes da provisão de IRPJ e CSLL	(403.345)	1.500	(399.786)	2.662
Imposto de alíquota nominal	137.137	(510)	135.927	(905)
IR e CS corrente e diferidos	134.410	501	130.850	(599)
Diferença	2.727	(1.011)	5.077	(306)
Diferenças permanentes Equivalência patrimonial	1.941	(673)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	786	(338)	5.077	(306)
Total	2.727	(1.011)	5.077	(306)
IR e CS corrente	-	(8.072)	(58)	(8.087)
IR e CS diferidos	134.410	8.573	130.908	7.488
IR e CS apurados	134.410	501	130.850	(599)
Alíquota efetiva	33,32%	33,40%	32,73%	22,50%

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para risco fiscal	-	855	-	855
Ganhos com marcação de valor justo de contratos futuros de compra e venda de energia	(70.702)	(378.003)	(86.389)	(381.881)
Efeito do cut-off	(26.340)	(43.505)	(26.340)	(43.505)
Prejuízos fiscais acumulados reconhecidos	301.367	229.640	315.911	242.672
Base de cálculo dos impostos diferidos	204.325	(191.013)	203.182	(181.859)
Alíquota de imposto de renda e contribuição	34%	34%	34%	34%
Total do saldo de imposto diferido ativo	102.465	78.369	107.410	82.800
Total do saldo de imposto diferido passivo	(32.995)	(143.313)	(38.329)	(144.632)
Impostos diferidos líquidos	69.470	(64.944)	69.081	(61.832)
Impostos diferidos ativos	69.470	-	69.081	3.112
Impostos diferidos passivos	-	(64.944)	-	(64.944)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	-	-	10.947
2027	-	5.096	-	7.960
2028	-	15.155	-	11.939
2029	-	14.680	-	11.680
2030	-	17.324	-	11.328
2031 a 2035	-	50.210	-	53.556
	-	102.465	-	107.410

24. MARCAÇÃO A MERCADO PELO VALOR JUSTO - MAM

Considerações da Administração: Para a formação do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia de curto prazo, especificamente de 2026 (preço para MAM), o cálculo considerou as premissas da matriz energética brasileira, a qual é fortemente dependente das vazões afluentes às usinas hidrelétricas. O fato de existir capacidade de armazenamento, faz com que haja um acoplamento temporal, ou seja, as decisões tomadas no presente impactam a condição energética no futuro. Associado a isto, há incerteza quanto às vazões futuras e ao nível de armazenamento, o cálculo do preço de energia é calculado por meio de modelos computacionais (MEWAWE, DECOMP e DESSEM), que levam em consideração o benefício do uso da água no presente e o benefício futuro de seu armazenamento. Estes sistemas são utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pela operação do sistema elétrico brasileiro, para definir o Custo Marginal da Operação (CMO), para o horizonte de 5 anos. É com base no CMO, que a Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) calcula o preço de liquidação das Diferenças (PLD), que serve de referência para os preços no Mercado Livre de energia. Portanto, o cálculo do Preço Justo depende das condições atuais do sistema e suas previsões. Os fatores que influenciam as condições do sistema são previsões de afluentes, demanda de energia, disponibilidade de geração de energia, limites de intercâmbio de energia, entre outros. Para a projeção do preço justo de 2026, foi utilizado um cenário determinístico por meio de encadeamento dos modelos computacionais oficiais (NEWAWE e DECOMP). Para as premissas de disponibilidade de geração, demanda e limites de intercâmbio de energia, são consideradas as informações disponibilizadas na Programação Mensal da Operação (PMO), considerando a expansão projetada pelo ONS da Matriz Energética, previsão de carga (ONS / CCEE), aumento no limite de intercâmbio de exportação da região Nordeste, projetado pelo ONS. Portanto, a mensuração do valor justo para o equilíbrio do balanço, principalmente de curto prazo, envolve alto grau de complexidade, estimativas e julgamentos, na determinação das premissas utilizadas. A empresa entende que, utilizar os preços/dados observáveis de projeção de preços de mercado para o curto prazo, não reflete nem minimamente a realidade dos preços que serão praticados. Os preços/dados observáveis, são coletados por um sistema onde os agentes podem inserir quaisquer informações de preços, podendo tender à necessidade do agente quanto às suas operações. Sendo assim, a Administração considera que possui preços condições, após todo o conteúdo mencionado anteriormente e as considerações quanto aos preços/dados observáveis de mercado, de mensurar o valor justo para as operações de energia de curto prazo e entende que o valor contábil destas operações está adequadamente registrado. **b) Mensuração do Valor Justo (MAM):** A Companhia apresentou um valor positivo na sua carteira, considerando a marcação dos contratos de compra e venda futuros de energia. Isso significa que ao marcarmos todas as operações de compra e venda existentes na carteira da Companhia, aos preços de mercado nesta data e este resultado calculado a seu valor presente pela taxa de desconto, a carteira representa um montante de R\$70.702, líquido de PIS e COFINS na controladora e no consolidado R\$86.390, líquido de PIS e COFINS. A Companhia possui contratos de compra e venda futuros de energia contabilizados nas demonstrações financeiras do exercício como "ajuste a valor justo de contratos futuros de energia". São contratos com períodos de operações a partir 31 de dezembro de 2025 até dezembro de 2045 e seu valor justo está reconhecido. O resultado do valor justo dos contratos futuros, podem variar substancialmente uma vez que a marcação destes contratos foi considerando os dados observáveis de mercado, no final do exercício de 31 de dezembro de 2025, conforme abaixo demonstrado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de Vendas (a)	208.144	(147.846)	229.000	(140.847)
Impostos sobre as Vendas (b)	32.158	13.676	31.582	13.028
Receita Líquida de Vendas	240.302	(134.170)	260.582	(127.819)
Custo sobre a Energia Elétrica (c)	(561.723)	110.849	(570.571)	108.124
Créditos de impostos sobre os Custos (compras) (b)	14.119	(10.254)	14.497	(10.001)
Resultado antes da Provisão de IR/CSLL	(307.301)	(33.575)	(295.491)	(29.696)
Provisão de IR/CSLL (b)	104.483	11.416	100.467	10.097
Resultado Líquido (d)	(202.818)	(22.159)	(195.025)	(19.599)

a) 31 de dezembro de 2025: a Electra possuía em sua carteira consolidada líquida de vendas futuras, contratos firmados para fornecimento de energia elétrica até o ano de 2045, no montante de R\$949.320. Esta receita refere-se ao faturamento (volume vezes o preço projetado) até o encerramento dos contratos. Toda a carteira foi calculada à valor presente, pela taxa DI, projetada naquele período (índice financeiro utilizado pela Bolsa de valores) na data de 31/12/2025. O cálculo foi realizado para todo o período de contrato, ano a ano, determinando a previsão da receita de todo o período vigente, sendo reconhecido no circulante, com realização em 2025, de R\$393.513 e no não circulante R\$555.807, com realização de 2025 a 2045. 31 de dezembro de 2024: a Electra possuía em sua carteira consolidada líquida de vendas futuras, contratos firmados para fornecimento de energia elétrica até o ano de 2040, no montante de R\$741.176. Esta receita refere-se ao faturamento (volume vezes o preço projetado) até o encerramento dos contratos. Toda a carteira foi

calculada à valor presente, pela taxa DI, projetada naquele período (índice financeiro utilizado pela Bolsa de valores) na data de 31/12/2024. O cálculo foi realizado para todo o período de contrato, ano a ano, determinando a previsão da receita de todo o período vigente, sendo reconhecido no circulante, com realização em 2024, de R\$267.690 e no não circulante R\$473.486, com realização de 2025 a 2040. (b) 31 de dezembro de 2025: De acordo com a nova Reforma tributária, foram provisionados PIS e COFINS (9,25%) sobre as receitas (vendas) e custos (compras) das operações futuras de Energia Elétrica da Companhia. O montante líquido de PIS e COFINS provisionado é de R\$7.748, sendo R\$7.748 como exigibilidade no circulante e R\$0 exigíveis no não circulante. Sobre o resultado das operações futuras da Electra, foram provisionados IR/CSLL (34%), no montante de R\$24.039. 31 de dezembro de 2024: Foram provisionados PIS e COFINS (9,25%) sobre as receitas (vendas) e custos (compras) das operações futuras de Energia Elétrica da Companhia. O montante líquido de PIS e COFINS provisionado é de R\$38.529, sendo R\$10.584 como exigibilidade no circulante e R\$27.945 exigíveis no não circulante. Sobre o resultado das operações futuras da Electra, foram provisionados IR/CSLL (34%), no montante de R\$128.521. (c) 31 de dezembro de 2025: No período de 2025, as compras consolidadas futuras realizadas e as compras a realizar da Companhia, marcadas a mercado, constituíram um valor de R\$886.366, com vencimentos até 2045, contabilizado como custo para aquisição de energia elétrica. Este custo refere-se ao volume vezes o preço de compra projetado, até o encerramento dos contratos. Todo o custo foi calculado à valor presente, pela taxa DI (índice financeiro utilizado pela Bolsa de valores) na data de 31/12/2025. Calculando ano a ano, a previsão de custo da compra da energia elétrica, sendo contabilizado no circulante o montante de R\$477.284 e R\$409.082 no não circulante, referentes aos anos de 2024 a 2045. 31 de dezembro de 2024: No período de 2024, as compras consolidadas futuras realizadas e as compras a realizar da Companhia, marcadas a mercado, constituíram um valor de R\$324.643, com vencimentos até 2040, contabilizado como custo para aquisição de energia elétrica. Este custo refere-se ao volume vezes o preço de compra projetado, até o encerramento dos contratos. Todo o custo foi calculado à valor presente, pela taxa DI (índice financeiro utilizado pela Bolsa de valores) na data de 31/12/2024. Calculando ano a ano, a previsão de custo da compra da energia elétrica, sendo contabilizado no circulante o montante de R\$153.271 e R\$171.372 no não circulante, referentes aos anos de 2024 a 2040. (d) Os resultados consolidados das operações futuras da Electra, demonstrados aqui como "Resultado Financeiro com Contratos Futuros" na "Demonstração do Resultado", resultam em um montante de R\$46.663 em 31 de dezembro de 2025 e R\$249.482 em 31 de dezembro de 2024. Estes montantes estão líquidos das provisões dos impostos. c) **Mensuração do Valor Justo (MAM) - Apresentação Balanço Patrimonial:** Abaixo a demonstração dos resultados líquidos da marcação a mercado das operações futuras de compra e venda de energia.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante	393.514	267.690	406.743	271.319
Não circulante	555.807	473.486	570.432	476.856
	949.321	741.176	977.175	748.175
Passivo				
Circulante	477.284	153.271	484.088	155.373
Não circulante	409.083	171.372	413.852	171.995
	886.367	324.643	897.940	327.368
Circulante	7.748	10.584	7.154	10.725
Não circulante	-	27.945	-	28.200
Total PIS e Cofins diferido	7.748	38.529	7.154	38.925
Impostos de renda e contribuição Social diferido (34%)	(24.039)	128.521	(29.372)	131.158
Total impostos diferidos	(16.291)	167.050	(22.218)	170.083

d) **Mensuração do Valor Justo (MAM) - Apresentação Resultado de PIS e Cofins:** Abaixo a demonstração dos resultados líquidos de PIS e Cofins da marcação a mercado das operações futuras de compra e venda de energia.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Demonstração do Resultado líquido de PIS e Cofins				
Imposto sobre receita de vendas	(36.400)	(68.558)	(37.624)	(69.206)
Crédito de impostos sobre os custos	44.148	30.029	44.778	30.281
Resultado líquido	7.748	(38.529)	7.154	(38.925)
Circulante	7.748	(10.584)	7.154	(10.725)
Não circulante	-	(27.945)	-	(28.200)

25. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos em aberto. **Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Juros Médios	2026	2027	2028	2029 a 2048
Caixa e equivalentes de caixa	113.369	-	-	113.369
Aplicações financeiras	15.879	-	-	24.725
Contas a receber	236.782	-	-	40.604
Contratos futuros a receber MaM	393.514	72.433	96.470	236.782
Partes Relacionadas	48.733	83.255	63.300	949.321
	792.398	171.567	159.770	298.929
Passivos				
Fornecedores	(297.053)	-	-	(297.053)
Outras Obrigações	(5.386)	(276)	-	(5.662)
Contratos futuros a pagar MaM	(477.284)	(183.105)	(103.989)	(886.367)
Empréstimos, FIDC e Arrendamento	(158.024)	(124.026)	(94.120)	(449.390)
	(937.747)	(307.407)	(198.109)	(1.639.005)
Consolidado				
Juros Médios	2026	2027	2028	2029 a 2048
Caixa e equivalentes de caixa	117.417	-	-	117.417
Aplicações financeiras	-	15.879	-	24.725
Contas a receber	277.169	-	-	40.604
Contratos futuros a receber MaM	406.743	78.772	100.603	277.169
Partes Relacionadas	48.733	83.255	63.300	977.175
	850.062	177.906	163.903	298.929
Passivos				
Fornecedores	(338.983)	-	-	(338.983)
Outras Obrigações	(5.386)	(276)	-	(5.662)
Contratos futuros a pagar MaM	(484.088)	(184.507)	(105.794)	(897.940)
Empréstimos, FIDC e Arrendamento	(158.024)	(124.026)	(94.120)	(449.390)
	(986.481)	(308.809)	(199.914)	(1.691.975)

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Divida bruta (a)	449.390	467.133	449.390	467.133
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	(153.973)	(120.194)	(158.021)	(125.747)
Endividamento líquido	295.417	346.939	291.369	341.386
Patrimônio líquido	52.086	186.674	52.087	186.675
Índice de endividamento líquido	567%	186%	559%	183%

(a) A dívida bruta é definida somente como empréstimos de curto e longo prazo. No período até 31 de dezembro de 2025, a Companhia captou recursos, para financiar suas atividades operacionais e de investimentos. **26. COMPROMISSOS CONTRATUAIS DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os compromissos financeiros relacionados às obrigações de compra e venda de energia elétrica, em reais mil, estão demonstrados a seguir, classificados de acordo com as maturidades de vencimento: **Em 31 de dezembro de 2025:**

	Até 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Entre 5 a 8 anos	Acima de 8 anos	Total
Obrigações de compra	1.396.947	1.010.114	1.004.205	5.106.385	8.517.651
Obrigações de venda	2.178.632	741.432	551.912	1.385.587	4.857.563

Em 31 de dezembro de 2024:

	Até 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Entre 5 a 8 anos	Acima de 8 anos	Total
Obrigações de compra	1.337.776	443.121	495.218	2.665.951	4.942.066
Obrigações de venda	2.056.521	593.527	454.300	1.792.738	4.897.086

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas a contratos de aquisição para revenda, no âmbito da atividade operacional da Companhia.

Electra Comercializadora de Energia S.A.

premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros se aproxima a seu valor de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **Caixa e bancos** - está apresentado ao custo amortizado. **Aplicações financeiras e fundo investimento direito creditário** - são classificadas como custo amortizado e apresenta valor justo aproximado do seu valor contábil. **Contas a receber** - são classificadas e apresentadas como custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos. Os contratos de venda futura de energia são registrados pelo valor justo na data do balanço. **Fornecedores** - são classificados como outros passivos, apresentadas pelo valor de custo amortizado. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos. Os contratos de compra futura de energia são registrados pelo valor justo na data do balanço. **Partes relacionadas** - são classificadas como custo amortizado. **Empréstimos e fundo investimento direito creditário** - são classificadas como custo amortizado, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis. **Risco de capital:** A Companhia administra seu capital de forma a assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco das contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise das contas a receber por vencimento e as garantias. **Exposição a riscos de créditos:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das informações foi:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes	113.369	72.268	117.417	77.821
Contas a receber	236.782	195.887	277.169	195.892
Partes relacionadas	298.929	221.655	298.929	221.655
Aplicação financeira	40.604	47.926	40.604	47.926
	689.684	537.736	734.119	543.294

Garantias: A Companhia mantém garantias para os eventuais títulos em atraso. **Risco de taxas de juros:**

Documento final gerado em 28/04/2026 08:37:59

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: fe06e5e5faa293f313558f10da867ac0d82c06353b108ea359ef9770d8dfb821



Assinatura

Assinado em: 28/04/2026 08:38:33

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: b348cca05f653ee723e67a2d5d0da9d1



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.36.126	-25.442443906991 , -49.255843494178	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

